

**LEI COMPLEMENTAR Nº043, DE 19 DE JANEIRO DE 2022**

**“DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TAQUARAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**PAULO SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA**, Prefeito do Município de Taquaral, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

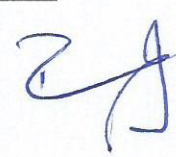
**FAZ SABER** que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei complementar:

**Art. 1º** – Fica concedido a partir de 1º de janeiro do corrente exercício, reajuste na ordem de 10,06% (dez inteiros e seis centésimo por cento) aos servidores públicos do Poder Executivo de Taquaral, a título de revisão geral anual, nos termos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

**Art. 2º** - O Anexo VII da Lei Complementar Municipal nº 05 de 24 de setembro de 2015 será atualizada nos termos desta Lei, passando a constar o seguinte:

**Anexo VII  
Padrões de Referência Salarial**

REFERÊNCIA	VALOR R\$
01	1.219,62
02	1.286,62
03	1.471,72
04	1.508,71
05	1.749,31
06	2.026,89
07	2.397,08
08	2.582,16
09	2.767,24





10	3.137,40
11	3.322,45
12	3.877,63
13	4.161,92
14	5.008,70
15	7.621,90

**Art. 3º** - Nos termos do que determina o artigo 5º da Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008, fica concedido a partir de 1º de janeiro do corrente exercício, reajuste na ordem de 10,06% (dez inteiros e seis centésimo por cento) ao piso salarial dos docentes do magistério de Taquaral.

**Art. 4º** - Fica alterado o valor da escala de vencimentos do nível I e faixa I do anexo VIII da Lei Complementar Municipal nº 12 de 24 de junho de 2016 que passa a ter a seguinte composição.

**ANEXO VIII**  
**ESCALA DE VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**DOCENTES DO MAGISTÉRIO**

<b>TABELA I – 15 HORAS SEMANAIS</b>					
<b>FAIXA/NÍVEL →</b> ↓	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>
<b>I</b>	R\$ 1.191,34	R\$ 1.250,91	R\$ 1.313,46	R\$ 1.379,13	R\$ 1.448,09
<b>Faixa I</b>	Professor de Educação Básica II que atua no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano – PEB II ou que atua na Educação Complementar - PEB II.				

<b>TABELA II – 27 HORAS SEMANAIS</b>					
<b>FAIXA/NÍVEL →</b> ↓	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>
<b>I</b>	R\$ 2.144,13	R\$ 2.251,34	R\$ 2.363,90	R\$ 2.482,10	R\$ 2.606,20
<b>Faixa I</b>	Professor de Educação Básica II que atua no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano – PEB II ou que atua na Educação Complementar - PEB II.				

<b>TABELA III – 30 HORAS SEMANAIS</b>					
<b>FAIXA/NÍVEL →</b> ↓	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>
<b>I</b>	R\$ 2.382,37	R\$ 2.501,49	R\$ 2.626,56	R\$ 2.757,89	R\$ 2.895,78



<b>Faixa I</b>	Professor de Educação Básica I que atua na Educação Infantil - Pré-Escola: Educação Infantil - Creche. Ensino Fundamental de 1ª ao 5º anos – PEB I e na EJA e, Professor de Educação Básica II que atua no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e de Educação Especial.
----------------	---

<b>TABELA IV – 40 HORAS SEMANAIS</b>					
<b>FAIXA/NÍVEL →</b> ↓	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>
<b>I</b>	<b>R\$ 3.176,50</b>	<b>R\$ 3.335,32</b>	<b>R\$ 3.502,09</b>	<b>R\$ 3.677,19</b>	<b>R\$ 3.861,05</b>
<b>Faixa I</b>	Professor de Educação Básica II que atua no Ensino Fundamental de 1º ao 5º – PEB II.				

**Art. 4º** – A discussão geral anual de que trata a presente lei observa as seguintes condições:

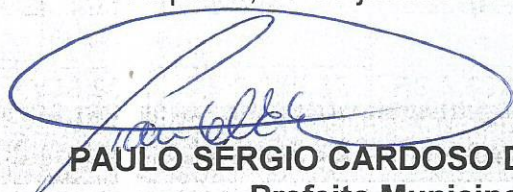
- I – autorização na lei de diretrizes orçamentárias;
- II – definição do índice em lei específica;
- III – revisão do montante da respectiva despesa e correspondente fonte de custeio na lei orçamentária anual;
- IV – atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o artigo 169 da Constituição e a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício, nos termos dos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 5º** – O valor do auxílio alimentação determinado pela Lei Municipal nº 240 de 9 de junho de 2005 corresponderá a R\$ 270,00 (duzentos de setenta reais) por mês, a partir de 1º de janeiro do corrente exercício.

**Art. 6º** – As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessários.

**Art. 7º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Taquaral, 19 de janeiro de 2022.



**PAULO SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA**  
 Prefeito Municipal

